Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2021)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – BASSOLI, Eiza Nádila; FIGUEIREDO, Vanessa Cartherina Neumann. Desafios do trabalho de educadoras sociais em casas de acolhimento. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, São Paulo, v. 15, n. 3, out. 2020.

2) Resumo e Palavras-Chave – Este estudo analisa as vivências de prazer e sofrimento no trabalho de educadoras sociais em Casas de Acolhimento no Pantanal Sul-Mato-Grossense. Baseado na teoria da Psicodinâmica do Trabalho, foi analisado o sofrimento derivado do choque entre as normatizações organizacionais e as situações laborais reais experienciadas no atendimento a crianças e adolescentes. Nove profissionais de duas instituições públicas foram entrevistadas, cujas narrativas foram ponderadas através da Análise de Sentido. Os resultados apontam para o uso constante de inteligência prática diante de condições materiais e capacitações insuficientes, relações institucionais desrespeitosas, falta de suporte emocional-afetivo e autoaceleração pela sobrecarga de trabalho imposta. A identificação com as tarefas socioeducativas e a satisfação com o desenvolvimento dos acolhidos foram os aspectos citados propulsores de realização. Conclui-se ser necessário o reconhecimento da profissão e da importância da educação social para a reintegração segura dos acolhidos na família de origem ou lar adotivo.

Palavras-Chave: educador social; sofrimento; abrigo; psicodinâmica.

3) Objetivo do estudo – Analisa as vivências de prazer e sofrimento no trabalho de educadoras sociais em Casas de Acolhimento no Pantanal Sul-Mato-Grossense.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – 2015.

6) Forma de coleta de dados – Foi usado um questionário socioeconômico, contendo perguntas de cunho demográfico, relativas à formação acadêmica e ao trabalho das educadoras sociais, e uma entrevista individual semiestruturada, composta por perguntas sobre as atividades desenvolvidas junto aos acolhidos, como lidavam com as adversidades e a percepção de como o trabalho as afetava. Ambos os instrumentos foram aplicados de maneira individualizada e em sala reservada, com isolamento acústico e livre da interrupção de terceiros, tendo em vista o resguardo das informações concedidas pelas funcionárias.

As entrevistas foram gravadas em áudio e o questionário socioeconômico foi auto aplicado, permanecendo a pesquisadora disponível no mesmo ambiente para sanar possíveis dúvidas de interpretação e compreensão que pudessem existir.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Os dados socioeconômicos do questionário foram analisados de forma descritiva, sempre no geral da amostra, e as entrevistas foram transcritas na íntegra e submetidas à Análise de Núcleo de Sentido (ANS), que pondera a qualidade e o sentido dos discursos a partir do destaque de conteúdos manifestos e latentes comuns apresentados nas verbalizações de maneira frequente e com semelhança quanto ao significado (MENDES, 2007). Após a leitura de cada entrevista e marcação das falas com temas psicológicos e semânticos representativos, estes foram agrupados para serem classificados em categorias.

8) Resultados / dados produzidos – As educadoras sociais não recebiam capacitação para lidar com as dificuldades enfrentadas no contato com os acolhidos, sendo que entender as consequências das experiências de violações e rupturas, produtoras de sentimentos de desamparo, incerteza, descontentamento e culpa oportunizaria o estabelecimento de um atendimento condescendente diante das legítimas necessidades dos usuários. Muito embora a normatização para o serviço indicasse a indispensabilidade de preparo para atuação no fortalecimento dos vínculos familiares entre crianças e famílias de origem, a política de pessoal não provia orientações, apoio ou supervisões nas ações de solidificação das relações fragilizadas entre acolhidos e a família de origem, nem fornecia conhecimentos sobre a garantia de proteção e de direitos às crianças e adolescentes, desenvolvimento infanto-juvenil, funcionamento dos serviços socioassistenciais ou procedimentos para adoção (BRASIL, 2009). Logo, para cumprirem com suas funções, as trabalhadoras acessavam experiências particulares socioafetivas, que por serem consideradas naturalmente femininas justificavam a desobrigação da gestão em ofertar especialização e formação. A mobilização subjetiva frente ao flagelo de crianças e adolescentes conduzia ao empenho e engajamento para superarem as falhas organizacionais e concretizarem satisfatoriamente as ações de reparo psíquico e físico dos acolhidos. A impossibilidade de modificarem a organização do trabalho, caracterizada pela sobrecarga de abrigados e realização de variadas atividades, conduzia à autoaceleração. Se o uso da estratégia defensiva permitia uma frágil adaptação às exigências impostas, a insensibilidade derivada da rapidez imposta impactava na qualidade da atenção deferida e na percepção das necessidades de intervenção, sendo capaz de prejudicar a reconstrução dos laços afetivos e o desenvolvimento integral dos usuários (CRUZ; DIAS; PEDROSO, 2014). O uso de defesas para colocar em prática o serviço evidenciou que a organização do trabalho vivenciada não só dificultava o desempenho da ocupação como também acirrava o sofrimento daquele fazer. Como as educadoras não contavam com um espaço articulador de ideias e de experiências, o desgaste emocional se mantinha, dificultando a concretização de modificações politizadas imbricadas na ressignificação do trabalho para o alcance de prazer e realização.

Para além da regulamentação legal da ocupação, Guará (2006) aponta a necessária assimilação da identidade socioeducadora por parte da instituição, da equipe e dos acolhidos para que o acolhimento seja pautado pela educação, proteção, cuidado e apoio, com vistas à inserção social plena e novos projetos de futuro aos acolhidos (FERREIRA; SANTOS, 2019). Embora tal construção se faça a partir da reflexão das práticas, relações e episódios cotidianos vivenciados pelas educadoras sociais, não houve possibilidade de construir nas Casas de Acolhimento um ambiente de ponderação e deliberação.

9) Recomendações – A comunhão das dificuldades encontradas no trabalho real e das táticas de transcendê-las, em um espaço que priorize o reconhecimento da beleza e da utilidade do cuidar e do educar, pode favorecer a composição do coletivo, a partir da afirmação de uma atuação ética e técnica constituinte da identidade profissional.

10) Observações e destaques – Esta pesquisa contou com o apoio da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.